

Um Tesouro dos inícios do século XV em Penela da Beira: proposta de dissertação de mestrado

JOÃO TEIXEIRA MOREIRA

Universidade do Porto

<https://doi.org/10.21747/978-989-9193-14-7/inc12a4>

Sumário

O presente texto pretende dar a conhecer a nossa proposta para a conclusão do mestrado em Arqueologia pela Faculdade de Letras da UP. Relativamente ao seu conteúdo, trata-se da análise de um achado monetário encontrado em Penela da Beira, localidade situada nos limites do distrito de Viseu, e enquadrado no reinado de D. João I. Pretendemos desta forma apresentar os seus conteúdos, o contexto do seu achamento e os objetivos que nos comprometemos a investigar.

Palavras-chave: Real 3 libras e ½, Numismática Medieval, Penela da Beira, D. João I.

Abstract

The main purpose of this text is to explain our proposition for the completion of a master's degree in Archaeology at the Faculty of Arts and Humanities of the University of Porto. The content focuses on the analysis of a monetary find in Penela da Beira, a town on the edge of the district of Viseu, during the reign of King João I. With this, we intend to present the circumstances in which it was found and the main goals we set out to investigate.

Keywords: Real 3 libras e ½, Medieval Numismatics, Penela da Beira, King João I

1. Tema, problemas, objetivos, cronologia e espaço

O tema apresentado no XV Workshop de Estudos Medievais (WEM) retrata a nossa proposta de estudo sobre um achado monetário encontrado em 2004 na localidade de Penela da Beira, no concelho de Penedono. É, portanto, nosso objetivo divulgar o ponto de situação do projeto. Elencando os objetivos principais e os objetivos secundários do trabalho, juntamente com a recolha bibliográfica até ao momento realizada, finalizaremos com um esboço da estrutura da dissertação.

1.1. Contexto do achamento do conjunto monetário

Apesar da distância cronológica entre os estudos numismáticos clássicos e medievais, os mais recentes trabalhos de dissertação da área, publicados na Faculdade de Letras, são encontrados em contexto de escavação arqueológica¹, visto que resultam das intervenções de conservação e/ou preservação empresarial ou no âmbito de um projeto de investigação. Esta abordagem fornece informações essenciais à interpretação e compreensão do achado, de modo que seja possível relacionar o objeto com o contexto envolvente. Esta característica não se confirma no nosso estudo, visto que este não apresenta um contexto arqueológico que sustente a sua interpretação e consequente contextualização espacial.

A maioria deste achado monetário encontra-se, à data, na posse de um particular, no entanto está disperso por mais 2 locais. A tabela seguinte apresenta a sua distribuição:

Localização	Quantidades (moedas)
Particular que descobriu o achado	1031
Museu Municipal de Penedono	3
Particular desconhecido (não foram analisadas para este trabalho)	2
Total do achado monetário	1036

1 Leia-se os seguintes trabalhos de dissertação: Henrique Pereira Ferreira, “Um tesouro monetário Baixo-Imperial do Castro do Monte Mozinho (Penafiel)” (Tese de Mestrado, Universidade do Porto, 2017); Alice Ferreira Godinho Baeta, “Conjuntos monetários baixo imperiais das escavações arqueológicas no Castelo de Lamego” (Tese de Mestrado, Universidade do Porto, 2021); Ana Rita Silva Pinto, “Estudo do espólio numismático da Necrópole de Montes Novos (Croca, Penafiel)” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 2021).

De uma forma geral o conjunto monetário encontrava-se em clara deterioração, oxidação resultante do fraco acondicionamento do tesouro e desgaste, possivelmente da sua circulação ou contexto pós-deposicional. Estas características dificultam o processo de inventariação e de classificação do achado, como também a leitura das legendas e dos símbolos associados. É de referir que apenas 3 moedas, que se encontram no Museu Municipal de Penedono, do total de 1036 foram intervencionadas, passando assim por um tratamento e limpeza, essencial para uma correta preservação dos numismas.

Quanto à localização do achado não temos neste momento toda a informação necessária para apontar um local com clareza. Contudo é possível encontrar evidências bibliográficas relativas ao conjunto referindo a sua possível localização. O tesouro é referido na obra de João Ferreira da Fonseca, *A Memória Judaica e Cristã-Nova de Penedono*, onde afirma que este foi encontrado:

“nas proximidades do Largo da Moreirinha, composto por diversas moedas, que foi achado enterrado no solo de uma casa aquando da realização de obras recentes”².

No mesmo livro o autor aponta a hipótese de uma associação do tesouro a uma família judaica, agentes com presença assídua neste local. Todavia no nosso entender não existe uma justificação suficientemente sustentada para validar com confiança a teoria e a relação deste tesouro monetário com indivíduos judaicos. No entanto, não excluímos essa possibilidade.

No livro *Castelo de Penedono. Mil anos de história*, do mesmo autor, é ainda possível encontrar uma outra referência ao achado em estudo, na nota de rodapé número 9 é mencionada a existência deste tesouro em Penela da Beira, cujo paradeiro é desconhecido³. Até ao presente momento não foram encontradas novas referências que nos forneçam novas informações sobre o achado, sendo que anunciaremos para a publicação da dissertação os restantes contributos que poderão vir a ser encontrados.

Em nenhuma das obras consultadas referiram a existência de uma peça cerâmica que as aglomerava. Contudo, esta existe e fará parte do nosso estudo. Caracteriza-se por apresentar um fundo plano, sem asa e com um bordo extrovertido. Apresenta ainda um orifício que corresponde ao momento que foi encontrado. Tentaremos, para além do seu desenho e descrição detalhada, compreender a sua cronologia, compreendo se é coerente com a cronologia das moedas.

2 João Ferreira da Fonseca, *A Memória Judaica e Cristã-Nova de Penedono* (Viseu: Município de Penedono, 2021), p. 67.

3 João Ferreira da Fonseca, *Castelo de Penedono. Mil anos de História* (Viseu: Município de Penedono, 2014), pp. 168.

1.2. O conjunto monetário – o seu estudo e objetivos

Este conjunto monetário é um achado raro na numismática portuguesa. Não só porque se trata de um achado referente à época medieval, que por si só revela alguma singularidade, mas também porque se tratam de 1036 moedas que apresentam uma característica comum: todas as moedas analisadas (1034) são reais de 3 libras e ½.

É sabido, através da célebre fonte da autoria de A. C. Teixeira de Aragão⁴, que as moedas de Real de 3 libras e ½ foram mandadas cunhar, entre 1398 e 1407, nas oficinas monetárias de Lisboa e do Porto. Sabemos também que o Real de 3 libras e ½ é constituído por bolhão, uma junção de uma percentagem reduzida de prata (Ag) e outra, maioritária, de cobre (Cu). Apenas em 1408, nas Cortes de Évora que foi terminada de forma oficial a sua emissão, e iniciada uma nova: o Cruzado de 35 Soldos, e que veio substituir as moedas que nos encontramos a estudar⁵.

A moeda medieval e o seu sistema monetário, respeita o conceito metalista, ou seja, o valor das moedas corresponde ao valor intrínseco do metal utilizado para a produção da mesma. Ao contrário do que se verificou a partir do século XX, conhecido como conceito nominalista em que o valor atribuído resulta de atribuições e decisões estatais e não ao valor contido na peça⁶.

Para compreendermos o peso e as leis aplicadas à emissão da moeda em estudo temos de recorrer à leitura do Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte ou Livro da Cartuxa, mais especificamente, o apontamento de 1436 denominado “Estas sam a ligas de bolhões e moedas correntes asy ouro como prata”. Este documento refere a produção do Real de 3 libras e ½ dos velhos que é de lei de 12 grãos e 92 peças em marco e 96 em marco de lei de 10 grãos⁷. Apesar disso, nas leituras de A. C. Teixeira de Aragão⁸ e Mário Gomes Marques⁹ estes apresentam alguma diferença na sua leitura afirmando que a lei do Real de 3 libras e ½ dos velhos é de 36 grãos e 90 peças em

4 A. C. Teixeira de Aragão, *Descrição Geral e Histórica das moedas cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, 3 vols., 2ª ed (Porto: Livraria Fernando Machado, 1963).

5 *Idem.*, pp. 197-216.

6 Mário Gomes Marques, *História da Moeda Medieval Portuguesa* (Sintra: Instituto de Sintra, 1996), p.13.

7 *Livro dos Conselhos de El-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa). Edição diplomática*. Transcrição de João Alves Dias, Introdução de A. H. de Oliveira Marques (Lisboa: Editorial Estampa, 1982), p.174.

8 A. C. Teixeira de Aragão, *Descrição Geral e Histórica das moedas cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, 3 vols., 2ª ed (Porto: Livraria Fernando Machado, 1963).

9 Mário Gomes Marques, *História da Moeda Medieval Portuguesa* (Sintra: Instituto de Sintra, 1996), p.112.

marco e se acham de 92 peças em marco por lei de 30 grãos¹⁰. Para compreendermos o que isto significa é necessário ter em conta que um marco corresponde a aproximadamente 229,5-230 g¹¹. Desse marco, a Casa da Moeda teria de produzir 90 peças, ou moedas, por lei de 36 grãos, ou seja, 1,5 dinheiros ou 125%, tendo um peso teórico de 2,55 g. De notar que durante toda a época medieval, o valor da prata pura correspondia a 12 dinheiros e cada dinheiro corresponde a uma subunidade de 24 grãos¹².

Apesar de concluir o valor percentual de prata contida nesta emissão, sabemos da existência de outras emissões monetárias. Deste modo, pretendemos compreender as quantidades de prata aplicada em cada emissão monetária, confirmando a sua variação de desvalorização e as razões por detrás dessa quebra constante na prata utilizada na liga metálica para a produção dos numismas¹³.

Iremos responder a todas as questões relativas a valores metrológicos, como o diâmetro e o peso médio de cada uma das 1034 moedas analisadas neste estudo. Relacionando entre si os valores e comparando-os com as regulações régias sobre esta moeda e as suas várias emissões. Ademais, pretendemos determinar a oficina monetária predominante no tesouro, isto é, qual é a Casa da Moeda que se destaca após a análise dos numismas. Para isso, as 1034 moedas serão analisadas individualmente, com o objetivo de identificar, se possível, a letra referente à sua origem de produção. Com isso conseguiremos compreender a distribuição da Casa da Moeda determinando relações de peso, de diâmetro e das representações contidas nas moedas.

Os vários aspetos representativos que compõem uma moeda medieval serão alvo de uma detalhada compreensão, sendo este um dos aspetos principais para a concretização deste estudo. Refiro-me às letras monetárias, às coroas, aos arcos, aos sinais ocultos, aos escudetes, aos besantes e aos castelos¹⁴. Pretendemos identificar os

10 *Livro dos Conselhos de El-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa). Edição diplomática.* Transcrição de João Alves Dias, Introdução de A. H. de Oliveira Marques (Lisboa: Editorial Estampa, 1982), p.174

11 Existe alguma variação do valor concreto 229,5g defendido por Luís Seabra Lopes, "Sistemas legais de medidas de peso e capacidade, do Condado Portucalense ao Século XVI", *Portogalia*, Nova Série, vol. XXIV, (Porto: FLUP, 2003) e de 230g, como diz A. H. de Oliveira Marques, "Pesos e Medidas", in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 5 (Porto: Livraria Figueirinhas, 1981), pp. 67-72.

12 Mário Gomes Marques, *História da Moeda Medieval Portuguesa* (Sintra: Instituto de Sintra, 1996), p.24

13 *Idem.*, pp. 113-114.

14 Para tal serão consultados as seguintes obras: F. F. P. da Villa de Favaio, *Diccionario Numismografico Lusitano*, 2ª ed. (Porto: Publicações da Sociedade Portuguesa de Numismática, 1963); José Leite de Vasconcellos, "Nomenclatura Numismática", *O Archeólogo Português*, vol. XXX

vários tipos catalogados e conhecidos e, se possível, contribuir para o alargamento do conhecimento destas representações no numisma em questão.

Relativamente aos sinais ocultos, estes serão alvo de uma especial atenção. Apesar de existirem alguns apontamentos sobre o tema, não existe nenhum contributo relevante que nos faça conhecer o verdadeiro sentido da existência destes símbolos na moeda. Sabemos que esta prática surgiu com as moedas de D. Fernando I, existindo algumas interpretações que consideram estas marcas como algo distintivo e particular dos abridores, ensaiadores, arrematantes ou encarregados do fabrico monetário¹⁵. José Leite de Vasconcelos afirma que se trata de sinais que pretendem “indicar o local da fábrica, os moedeiros”¹⁶. Ainda assim, não é possível aferir com segurança o verdadeiro significado dos sinais ocultos. Tentaremos desta forma compreender e contribuir para o conhecimento da sua intenção e representação, de modo a fornecer um contributo consciente.

1.3. Cronologia e espaço do estudo em curso

No que toca à nossa cronologia de estudo, esta apesar de se focar no curto intervalo de tempo em que a moeda em estudo foi produzida, 1398-1407, tentaremos definir uma baliza temporal entre o início do reinado de D. João I até ao ano de 1411, de modo a incluir o momento importante que foi a assinatura do Tratado de Ayllón¹⁷, este anuncia e concretiza um clima de paz entre o reino português e castelhano.

Relativamente ao espaço, focar-nos-emos principalmente no reino de Portugal, na zona geográfica de Penela da Beira, no concelho de Penedono, mas também em toda a sua área envolvente, com o objetivo de compreender a circulação monetária da moeda em estudo, principalmente em pontos como Torre de Moncorvo ou como Trancoso que detinham direito de fazer feiras¹⁸ e outros focos de atração comercial, que consequentemente traduziam-se em circulação de bens e de valores monetários.

(1938); Alberto Gomes, *Moedas Portuguesas e do território que hoje é Portugal* (Lisboa: Associação Numismática de Portugal, 2021).

15 Maria Lobo Vieira Rejane, *Moedas Portuguesas da Época dos Descobrimentos na Coleção do Museu Histórico Nacional 1383-1583* (Rio de Janeiro: MHN, 2000), p.33.

16 José Leite de Vasconcelos, “Nomenclatura Numismática”, *O Archeólogo Português*, vol. XXX (1938), p. 35.

17 Armando Luís Carvalho Homem, *Portugal nos finais da Idade Média: estado, instituições, sociedade política* (Lisboa: Livros Horizonte, 1990)

18 Virgínia Rau, *Feiras Medievais Portuguesas: subsídios para o seu estudo* (Lisboa: Editorial Presença, 1982); Paulo Morgado Cunha, “As feiras no Portugal Medieval (1125-1521): Evolução, Organização e Articulação” (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 2019).

2. Fontes

Relativamente às fontes documentais esta serão analisadas, apenas as fontes publicadas. Utilizaremos a Crónica del Rei Dom João I da Boa Memória de Fernão Lopes¹⁹ e a Crónica de Gomes Eanes de Zurara²⁰, de modo a caracterizar o reinado de D. João I, e os momentos mais relevantes, sempre com consciência da fonte que estamos a abordar. Consultaremos as Chancelarias Medievais Portuguesas de D. João I²¹ verificando a presença da moeda em estudo, juntamente com a data da sua circulação.

Sobre o rei D. João I, a biografia da autora Maria Helena Cruz Coelho será fundamental para compreender o rei que impulsionou a criação e deu aval para as várias emissões de moeda. Para além disso analisaremos os estudos sobre a sua numária²² e diferentes moedas que vigoraram durante o seu reinado.

Abordaremos o estudo numismático medieval explorando a obra de Teixeira de Aragão²³, fundamental para a nossa base de compreensão da moeda em estudo, mas também da moeda medieval portuguesa. As obras do autor A. H. de Oliveira Marques²⁴ caracterizam-se pela sua abordagem, que apesar de gerais, são fundamentais para a caracterização da numismática medieval. O autor Mário Gomes Marques será um dos mais importantes investigadores a serem analisados não só pelo que escreveu²⁵, mas pela sua promoção de estudos sobre moeda medieval portuguesa²⁶.

19 Fernão Lopes, *Cronica del Rei Dom Joham I*, vol. 2 (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977).

20 Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da tomada de Ceuta por el rei D. João I* (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915).

21 *Chancelarias Medievais Portuguesas*, D. João I, ed. João José Alves DIAS, vol. I, tomos 1, 2 e 3; vol. II, tomos 1, 2 e 3; vol. III, tomo 1, 2 e 3; tomo IV, vol. 1 e 2 (Lisboa: INIC/UNL, 2004-2006).

22 M. F. D. Araújo, J. M. Cabral, Mário Gomes Marques, "The silver content of the reais brancos of Dom João I of Portugal", in *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area*, ed. Mário Gomes Marques (Santarém, 1984), pp. 231.; Arnaldo Brazão, "As supostas moedas de sola de D. João I", *Nvmmvs*, vol. VI, 1-2 (Porto: 1960), pp. 39-42.; Paulo Ferreira de Lemos, "Moedas de João I", *Nvmmvs*, vol. I, 4 (Porto: 1953) pp. 242-248.

23 A. C. Teixeira de Aragão, *Descrição Geral e Histórica das moedas cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, 3 vols., 2ª ed (Porto: Livraria Fernando Machado, 1963).

24 A. H. de Oliveira Marques, "A moeda portuguesa durante a Idade Média", in *Ensaios de História Medieval Portuguesa* (Lisboa: Veja, 1980) pp. 195-220; A. H. de Oliveira Marques, "Pesos e Medidas", in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 5 (Porto: Livraria Figueirinhas, 1981) pp. 67-72.

25 Mário Gomes Marques, *História da Moeda Medieval* (Sintra: Instituto de Sintra, 1996); Mário Gomes Marques, *Introdução à Numismática* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982).

26 Por exemplo: Mário Gomes Marques (ed.), *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area* (Santarém, 1984).

A professora Maria José Pimenta Ferro²⁷ teve um contributo importante para a compreensão da moeda medieval, refiro-me à obra *Estudos da história monetária portuguesa (1383-1348)*, ou os artigos publicados em revistas da área²⁸. Juntamente a estes, serão abordados os estudos mais recentes referentes à numária de D. João I, como é o caso das teses de doutoramento de João Menezes Cordeiro²⁹ e de Iúri Fernandes³⁰. Estas duas teses serão consultas e terão um papel fundamental para a compreensão do que mais recente se compreende sobre a moeda.

Finalmente, iremos consultar as principais revistas da área da numismática. Em Portugal, a Revista da Sociedade Portuguesa de Numismática – NVMMVS e a revista da Associação Numismática de Portugal – Numimática. Estas duas revistas serão fundamentais para conhecer os principais estudos de numismática medieval em Portugal. Já fora de Portugal consultaremos, tanto quanto possível, as revistas de numismática das principais sociedades de numismática da Europa como é o caso da Società Numismatica Italiana, Asociación Numismática Española, a Revista Numismática OMNI, Bulletin de la Société Française de Numismatique e The Journal of Archaeological Numismatics – CEN. A consulta destas revistas terá como principal foco encontrar um exemplo de estudo semelhante, compreendendo o que foi feito e o porquê.

3. Metodologia

Relativamente à metodologia, esta consistirá numa análise dos dados relativos ao diâmetro e ao peso das moedas, juntamente com a leitura realizada de cada numisma. Estas informações serão inseridas numa base de dados, construída em Microsoft Excel. Este ficheiro é constituído por várias colunas, a primeira é relativa ao número de inventário da moeda (Nº), numa segunda coluna que corresponde à Casa da Moeda

27 Maria José Pimenta Ferro, *Estudos de História Monetária Portuguesa (1383-1438)* (Lisboa, 1974); Maria José Pimenta Ferro, *A moeda medieval como fonte para a história das mentalidades* (Lisboa: Estampa, 1982) pp. 329-342; Maria José Pimenta Ferro, “Para o estudo da numária de D. Fernando”, in *Estudos Medievais* nº2 (Porto: 1982); Maria José Pimenta Ferro, *Estudos da história monetária portuguesa (1383-1348)* (Lisboa, 1974).

28 Maria José Pimenta Ferro, “Subsídios para o estudo da História Monetária do séc. XV (1448-1495)”, *Nvmmvs*, 2ª série, IV/V/VI, (Porto, 1981-1983) pp. 9-59; Maria José Pimenta Ferro, “História monetária, um novo campo de pesquisa numismática”, *Nvmmvs*, X-3/4 (34-35) (Porto, 1976), pp. 27-36; Maria José Pimenta Ferro, “Política monetária do regente D. Pedro (1439-1448)”, *Nvmmvs*, 2ª Série, II, (Porto: 1979), pp. 15-26.

29 João Menezes Cordeiro, “A navegação e a particularidade da produção monetária no reinado de D. Fernando, no Interregno e no reinado de D. João I” (Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2021)

30 Iúri Fernandes, *Numária do Mestre de Avis* (Lisboa, 2019).

(CM) associada, às duas colunas seguintes estão associadas à legenda do anverso e reverso da moeda, respetivamente, sendo realizada a sua leitura caso esta seja legível (Legenda Anverso & Legenda Reverso). Numa quarta coluna serão indicado os sinais ocultos (SO), na coluna seguinte será atribuída à colocação dos valores de peso das moedas, em gramas (Peso em g) e numa coluna posterior o diâmetro, em milímetros, de cada numisma (Diâmetro em mm). Por fim, as duas últimas colunas serão dedicadas à atribuição da referência. Uma das utilidades da utilização deste programa é a possibilidade de realizar um cálculo dos pesos e das medidas médias de cada moeda. Não descurando a criação de gráficos, que irão responder a questões como a da distribuição do peso monetário de cada moeda ou a distribuição da Casa da Moeda (Lisboa ou Porto).

Em paralelo, o programa FileMaker será utilizado com os mesmos campos do programa anteriormente referido. A utilidade de possuir os dados neste programa é a possibilidade de entender as relações que existem entre as representações iconográficas nelas contidas, criando variados campos que as identificam e, se possível, que se relacionam. Desta forma conseguiremos compreender tendências iconográficas entre as várias moedas, identificando assim padrões e concordâncias entre as diversas representações até agora confirmadas.

4. Estrutura provisória do trabalho final

Em relação à estrutura do trabalho final, ainda não é possível dar uma resposta definitiva, em grande parte porque se trata de um trabalho em progresso. Apesar disso, tentaremos apresentar uma estrutura daquilo que foi desenvolvido até este momento e que, tendo em conta as sugestões dadas por colegas e especialistas no Workshop de Estudos Medievais.

O primeiro capítulo será dedicado a uma contextualização do espaço onde foi encontrado o achado monetário, envolvendo assim todos os antecedentes conhecidos da vila de Penela da Beira³¹, desde as suas primeiras evidências históricas até ao final da Idade Média.

Numa segunda fase, iremos abordar os antecedentes políticos e sociais que se encontram nesta cronologia, mais concretamente as consequências da crise de 1383-

31 Pedro Sobral Carvalho, *Roteiro Arqueológico do Concelho de Penedono* (Penedono: Câmara Municipal de Penedono, 1989); Mário A. P. Lourenço, *Penedono – Forais* (Penedono: Câmara Municipal de Penedono, 1989);

1385³², o papel de D. João I³³ e os seus efeitos ao longo do tempo. Se nos for possível, pretendemos compreender os eventos militares e sociais mais importantes durante a viragem para o século XV³⁴, momento de relevante importância para esta investigação.

Num terceiro capítulo, abordaremos o tesouro encontrado, juntamente com as diversas questões a ele associadas, como análise da moeda medieval³⁵, a numismática e o seu estudo³⁶, a definição da cronologia de circulação. Numa outra perspetiva serão analisados os anversos, e reversos, as Casas da Moeda presentes, os vários sinais ocultos, as tipologias de representação, o vaso associado às moedas e, com o apoio do desenho rigoroso já realizado, compreender uma possível relação nas várias tipologias cerâmicas da época.

Para além disso, serão analisados também os diversos catálogos numismáticos portugueses³⁷, de modo a fazer uma interpretação sobre o que se compreende, até aos dias de hoje, sobre o Real de 3 libras e ½. Não obstante, tentaremos compreender o valor concreto que os 1036 reais, comparando-os com documentação de compra com esta moeda. Utilizaremos a obra de Jorge Faro³⁸ e a documentação medieval portuguesa, refiro-me a documentação publicada, mais concretamente a contratos de emprazamento, leis de atualização das rendas e às Chancelarias Medievais Portuguesas³⁹, de modo a esclarecer o “verdadeiro valor” deste tesouro à época.

32 Salvador Dias Arnaut, *A crise nacional dos fins do século XIV* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960).

33 Maria Helena da Cruz Coelho Coelho, *D. João I: o que recolheu Boa Memória* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005).

34 Robert-Henri Bautier, *A Economia na Europa Medieval*, trad. António Gonçalves Matoso (Lisboa: Editorial Verbo, 1973).

35 Miquel Crusafont i Sabater, Ana M Balaguer, Philip Grierson, *Medieval European Coinage*, vol. 6: “The Iberian Peninsula” (Cambridge University Press, 2012); A. H. de Oliveira Marques, “A Moeda Portuguesa durante a Idade Média”, in *Ensaios de História Medieval Portuguesa* (Lisboa, 1980), pp. 195-220.

36 F. F. P. da Villa de Favaio, *Diccionario Numismografico Lusitano*, 2ª ed. (Porto: Publicações da Sociedade Portuguesa de Numismática, 1963); José Leite de Vasconcellos, “Nomenclatura Numismática”, *O Archeólogo Português*, vol. XXX (1938).

37 C. M. Almeida do Amaral, *Catálogo descritivo das moedas portuguesas*, 3 vols. (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977); J. M. Folgosa, *Dicionário de Numismática (Bibliografia, Biografia, História, Motilogia, Gíria, Gravadores e Legendas)* (Porto: Livraria Fernando Machado, 1969); Alberto GOMES, *Moedas Portuguesas e do território que hoje é Portugal*, 1ª-7ª ed. (Lisboa: Associação Numismática de Portugal, 2021); Joaquim Ferraro Vaz e Javier Salgado, *Livro das Moedas de Portugal* (Braga: 1987).

38 Jorge Faro, *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)* (Lisboa: Centro de Estudos Económicos, 1965).

39 *Chancelarias Medievais Portuguesas*, D. João I, ed. João José Alves DIAS, vol. I, tomos 1, 2 e 3; vol. II, tomos 1, 2 e 3; vol. III, tomo 1, 2 e 3; tomo IV, vol. 1 e 2 (Lisboa: INIC/UNL, 2004-2006).

Por fim, iremos concluir com uma análise do contexto do tesouro, relacionando-o com a circulação monetária existente, terminando por apontar as limitações deste estudo. Pretendemos neste ponto refletir, naturalmente, sobre o tesouro encontrado, mas também evidenciar a nossa contribuição para o desenvolvimento do conhecimento da numismática medieval portuguesa e dos estudos de tesouros monetários medievais.

5. Dados semi-tratados, hipóteses e conclusões provisórias

Na nossa perspetiva, é importante enquadrar este tesouro monetário numa comparação com a documentação medieval portuguesa. Tendo isso em conta e sabendo que após uma moeda ser substituída por outra, é natural que a moeda anterior deixe de se encontrar em circulação, tal afirmação não se confirma. Aliás, nós já realizamos esse exercício, tendo investigado as Chancelarias Medievais Portuguesas de D. João I⁴⁰ e confirmando que existe uma circulação da moeda em estudo, por enquanto, até ao ano de 1417, "dous contos e duzentas lxxxj (m) viijc libras da moeda de reeões de tres libras e mea"⁴¹. Pretendemos assim examinar mais fontes como Ordenações Afonsinas⁴², que nos apresenta as leis de metal a serem utilizadas nas emissões.

Ademais, tentaremos encontrar fontes relativas a Penela da Beira e das zonas circunscritas à área de estudo, tendo como objetivo conhecer este espaço cronológico e a circulação dos reais de três libras e mea nesta área. Para este caso, damos o exemplo da obra Documentos Medievais de Torre de Moncorvo datado de 1437: "e esto he por quatro centas libras de dinheiros de três libras e mea o real"⁴³.

Como disse, anteriormente, serão consideradas as coroas, castelos e os vários tipos de representação que constam no Real 3 libras e ½. Tentaremos desta forma compreender a existência de uma relação entre os símbolos presentes nos elementos numismáticos e as diferentes oficinas de produção onde estes foram emitidos. Isto é, verificaremos se existe uma presença constante do mesmo tipo de característica na moeda e a conseqüente relação com a sua casa de origem, quer no Porto, quer em Lisboa.

40 *Ibidem*.

41 *Chancelarias Medievais Portuguesas*, D. João I, ed. João José Alves DIAS, vol. III, t. 3, doc. 1240 (Lisboa: INIC/UNL, 2006).

42 *Ordenações Afonsinas*, 5 tomos (Lisboa: FCG, 1984).

43 Maria da Assunção Carqueja, *Documentos Medievais de Torre de Moncorvo* (Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, 2007) doc. 35.

Por fim, tentaremos aproximar um possível detentor ao conjunto monetário. Será certamente impossível obter uma resposta para esta questão, contudo, será importante refletir sobre as elites que circulavam neste espaço. Uma das primeiras propostas seriam os membros da casa senhorial dos Coutinho⁴⁴ nesta área de estudo. Um dos possíveis intervenientes seria D. Gonçalves Vasques Coutinho⁴⁵, marechal do rei. O famoso nobre e a sua casa senhorial são conhecidos pela vitória portuguesa na Batalha de Trancoso⁴⁶, travada a 29 de maio de 1385, estando também presente na Batalha de Aljubarrota⁴⁷. Assim, e conhecendo as doações posteriores que D. João I fizera para este nobre, percebemos a sua importância e o controlo que detinha nesta zona geográfica. Este indivíduo é um dos exemplos que utilizaremos na nossa dissertação de modo a compreender os agentes presentes neste local e nesta cronologia, aproximando-nos, deste modo, ao responsável por este tesouro monetário.

44 OLIVEIRA, Luís Filipe, *A Casa dos Coutinho: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)* (Cascais: Patrimonia Historica, 1999).

45 *Ibidem*.

46 Salvador Dias Arnaut, *A crise nacional dos fins do século XIV*. (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960).

47 João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média* (Lisboa: Editorial Notícias, 1998).